

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF).

GT 22 - Movimentos Sociais Contemporâneos

#OcupaParaná – a primavera paranaense

Dr. Osmir Dombrowski, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Coordenador local do PIBID/CAPES.

Ms. Conrado Pereda Minucelli, - UNIOESTE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, mestre em Ciências Sociais.

Ms. Jaqueline Aparecida Alves dos Santos - UNIOESTE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, mestre em Ciências Sociais.

#OcupaParaná – a primavera paranaense¹

Introdução

Durante o mês de outubro, início da primavera de 2016, estudantes secundaristas ocuparam 850 escolas públicas no estado do Paraná em protesto contra a reforma do ensino médio instituída pelo governo. Esse movimento surpreendeu a todos por sua magnitude e pela velocidade *viral* com que se propagou, contagiando até estudantes de pacatas escolas de distritos rurais. Quem são os protagonistas desse movimento? Quais são suas motivações? Como foram organizadas as ocupações? Quais os recursos e instrumentos utilizados por aqueles jovens? O estudo aqui apresentado é resultado de observações feitas diretamente em ocupações ocorridas nas cidades de Cascavel e Toledo, durante as quais foram efetuadas entrevistas, rodas de conversa e bate-papos com os estudantes mobilizados com a consequente produção de registros escritos e audiovisuais, complementadas por informações divulgadas pela imprensa. Em algumas escolas foi possível acompanhar todo o processo, desde antes da tomada de decisão pela ocupação, a organização e o andamento das atividades ao longo do tempo em que escola esteve ocupada, até sua desocupação ao final. Cabe destacar nesse ponto a importância da presença dos estudantes bolsistas do PIBID-Ciências Sociais em três destas escolas que por já ter um forte envolvimento com a comunidade escolar puderam acompanhar todo o processo. Assim, foi possível perceber o sentimento de indignação que motivou aqueles jovens sem qualquer experiência política a protagonizarem um dos maiores movimentos da história do país e acompanhar a forma como a escola, um espaço público tradicionalmente identificado como hierárquico e repressor, foi reconfigurada por uma prática baseada em relações horizontais e transformada, ainda que por um breve momento, em espaço do exercício de liberdade por grupos e segmentos excluídos e/ou subordinados.

¹ Este trabalho contou com o financiamento da CAPES, por meio do PIBID - Programa Institucional de Incentivo à Docência, Subprojeto de Ciências Sociais da UNIOESTE, que mantém uma equipe de bolsistas desenvolvendo suas atividades nas escolas estudadas aqui.

O objetivo maior deste trabalho é extrair lições que contribuam com o conhecimento das Ciências Sociais sobre a manifestação de novos e antigos movimentos sociais. Assim, iniciamos com a reconstituição de uma breve cronologia dos acontecimentos, passamos para uma descrição da organização das ocupações e finalizamos com algumas reflexões sobre a natureza e o caráter do movimento.

Cronologia do movimento

Em 22 de setembro de 2016, o governo federal divulgou publicou uma Medida Provisória (MP-746) reestruturando o Ensino Médio brasileiro. A medida causou surpresa entre especialistas e teve inúmeros pontos questionados pela comunidade da área e pela sociedade em geral. Entre pontos criticados destacam-se: a) o desmembramento do currículo em cinco partes ou "itinerários formativos" com a exclusão de algumas disciplinas como artes, filosofia e sociologia; b) a permissão para que pessoas sem formação específica, mas com "notório saber", assumam disciplinas para as quais não foram preparadas; c) a ampliação da carga horária total do nível médio com a implantação do ensino em tempo integral, sem considerar que a grande maioria das escolas públicas do Brasil não estão preparadas para isso e sem explicar o que vai acontecer com o atual período noturno, única oportunidade de estudo dos jovens trabalhadores e, d) a instituição de um ensino profissionalizante sem que as escolas públicas do país tenham condições para implantar qualquer tipo de curso técnico. Sobretudo, causou muita indignação entre os estudantes o fato de a reforma ser instituída por medida provisória sem que eles tenham sido consultados.

Na noite de 03 de outubro cerca de 30 estudantes ocuparam as instalações do Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba/PR, em protesto contra a MP-746 e a PEC 241². A Gazeta do Povo, o maior jornal impresso do estado, dava a notícia sem grande destaque: "A ocupação foi definida, segundo os estudantes, sem a liderança de um movimento específico, após um debate realizado na última sexta-feira (30)". No encontro, informava o jornal, se reuniram cerca de 400 estudantes de 27 das 30 escolas

2 Projeto de emenda constitucional que determina o congelamento dos gastos públicos em políticas sociais por um período de vinte anos.

estaduais de São José dos Pinhais, e a intenção anunciada por eles era ampliar o movimento. O jornal não tinha como prever, mas estava registrando o início de um movimento que alcançaria outras 850 escolas no Paraná³.

Naquela matéria a Gazeta do Povo informava ainda que a Secretaria de Estado da Educação, SEED, havia comunicado por meio de nota que representantes da secretaria estiveram com os estudantes para explicar que a reforma seria “amplamente debatida com a comunidade escolar antes da implementação de qualquer mudança”. Note-se que, apesar de dizer que estiveram na escola, os representantes da SEED parecem não ter entendido a complexidade da situação. Os estudantes não queriam discutir a “implementação” das mudanças; eles não concordavam com o teor de uma reforma imposta por medida provisória e queriam a sua revogação. O fato, entretanto, não indica apenas um ruído na comunicação. Na verdade ele é expressão de uma conduta conhecida pelos adolescentes, que não é diferente da forma como as instituições se relacionam com jovens, a qual por sua vez, não é diferente da relação que se estabelece no interior da escola, com diretores e professores: os jovens quase nunca são ouvidos e, quando são, normalmente suas opiniões não são seriamente consideradas.

Três dias depois, cerca de 30 escolas estavam ocupadas, entre elas Colégio Estadual do Paraná, a maior escola pública estadual sediada em Curitiba, a capital do Estado⁴.

No dia 06 de outubro os sindicatos dos docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e da Universidade Estadual de Ponta Grossa anunciaram greve. Nesse mesmo dia o sindicato dos professores da rede estadual de ensino básico, APP-Sindicato, também anunciou que iria convocar greve a partir do dia 15. Embora colocassem em suas pautas manifestações contra a MP-746 e a PEC 241, se colondo assim ao lado dos estudantes mobilizados, os sindicatos docentes estavam se mobilizando por questões salariais: o governo estadual havia anunciado que não

3 <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alunos-ocupam-escola-em-sjp-em-protesto-contrareforma-do-ensino-medio-a1w3v5fr4edc1gpxcu9scixu8>

4 <http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/colégio-estadual-do-parana-e-ocupado-por-alunos-ja-sao-quase-40-escolas-fechadas/>

cumpriria um acordo anterior que previa reposição de perdas salariais para o próximo mês de janeiro.

Ainda que os jornais insistissem em informar que a SEED estava acompanhando de perto as ocupações, o governo do estado, em cada declaração, deixava transparecer que não compreendia o caráter do movimento dos estudantes. No dia 08 de outubro, o G1, portal de notícias da Rede Globo, reproduziu uma declaração do governador do estado com a seguinte manchete: “Beto Richa diz que alunos não sabem por que estão protestando no Paraná”. Na matéria, em longa passagem entre aspas, o site transcreve a fala do governador: “Sindicatos ligados à CUT e ao PT que querem a baderna no país usando, de forma criminosa, as nossas crianças nas escolas que estão nas ruas protestando não sabem nem o que. Numa perfeita doutrinação ideológica das escolas do Paraná e do Brasil. Aqui, talvez, com mais intensidade, pela agressividade dos sindicatos daqui⁵”. A tentativa do governo de colocar o movimento dos secundaristas como um apêndice do sindical apesar daquele ter iniciado antes, apenas reafirma o pensamento conservador que trata os estudantes como seres sem qualquer agência, incapazes. Não temos como dimensionar a ressonância do argumento junto à sociedade, mas entre os estudantes mobilizados ele causou muita indignação e como tal, funcionou como combustível para os manifestantes. Em 09 de outubro, domingo, mais de quatro mil estudantes realizaram uma manifestação nas ruas de Curitiba contra a PEC 241 e a MP-746. Naquele momento já eram mais de 50 escolas ocupadas e o movimento que havia se iniciado na região metropolitana de Curitiba estava presente em mais de 15 cidades, incluindo Toledo e Cascavel, no extremo oeste do estado, onde foram feitas as observações e entrevistas que fundamentam parte desse trabalho⁶.

Em 10 de outubro secundaristas comparecem a uma reunião do comando de greve da Unioeste, Campus de Toledo/PR, e informam que o Colégio Estadual Novo Horizonte havia sido ocupado na véspera, que outras escolas seriam ocupadas em breve e que eles contavam com o apoio dos professores e estudantes da universidade.

⁵ <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estao-protestando-nao-sabem-nem-o-que-diz-richa-ocupacao-de-escolas.htm>¹

⁶ <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estudantes-se-reunem-para-protestar-contra-reforma-do-ensino-medio.html>

Uma rede de apoio foi ativada naquele momento e os secundaristas puderam contar com a presença de estudantes e docentes da universidade em debates sob a MP-746 e a PEC 241, palestras, oficinas e aulas durante as ocupações.

No mesmo dia a imprensa divulgou um ofício do Ministério Público do Estado do Paraná onde se afirma que nada impede que o direito à livre manifestação de pensamento “seja exercitado por meio da ocupação de um espaço público que tem como missão institucional o preparo para o exercício da cidadania”, e orienta “os órgãos públicos que atuam na defesa dos direitos das crianças e adolescente” para acompanhar as ocupações “num viés eminentemente preventivo”⁷. O documento do Ministério Público do Paraná cumpriu uma função tranquilizadora; conteve parte da pressão que aqueles órgãos recebiam para atuar repressivamente e contribuiu para neutralizar o discurso largamente difundido que tentava criminalizar as ocupações.

Crescendo em progressão geométrica o movimento contabiliza 210 escolas ocupadas em 11 de outubro. Naquela data, estudantes das universidades estaduais em greve iniciaram também um movimento de ocupações seguindo o mesmo *modus operandi* dos secundaristas. Os *campi* da Unioeste de Toledo e Marechal Cândido Rondon são ocupados. Diante dos fatos o governador do estado parece mudar sua opinião sobre o movimento e, via *facebook*, convida o presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas, UPES, para dialogar. Ao dirigir-se ao presidente da UPES, entretanto, o governador demonstra que, apesar de ter mudado sua avaliação inicial, ainda não havia ainda entendido a dinâmica e a organização do movimento. Ele procura um interlocutor que fale em nome de todo o movimento, quando este não existe, pois o movimento é descentralizado e cada ocupação goza de total autonomia. Do outro lado, em entrevista coletiva na tarde de 12 de outubro o presidente da UPES, Matheus Santos, explicou que o convite não seria aceito prontamente e que todos os alunos das escolas ocupadas deveriam ser consultados. O dirigente estudantil demonstra consciência de que o controle do movimento não passava pela UPES como o governo queria crer, mas por ser dirigente de uma associação hierárquica e

⁷ <http://www.educacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=100&tit=Oficio-Circular-no-569--2016-Ocupacao-das-escolas-por-alunos-adolescentes>

centralizada ele se sente obrigado a tentar uma ação organizadora/centralizadora e anuncia que será feita uma assembleia para decidir sobre o assunto⁸.

A Secretaria Estadual de Educação em mais uma manobra visando conter as ocupações determina organização de seminários para “debater a reforma do ensino médio” no dia 13 de outubro em todos os seus Núcleos Regionais. Os diretores de escolas, ocupadas ou não, receberam instruções para encaminhar para tais seminários representantes dos estudantes, pais de alunos, técnicos e professores. Na maioria dos núcleos, entretanto, os seminários se tornaram verdadeiros atos de repúdio à reforma do ensino médio. Os estudantes mobilizados compareceram em grande número e externaram a posição do movimento pela imediata revogação da MP-746 e da PEC 241, recusando qualquer debate ou discussão sobre o assunto enquanto tais medidas estivessem em vigência⁹.

Em 14 de outubro o governo sofreu uma derrota significativa na arena jurídica. A Defensoria Pública do estado conseguiu derrubar uma liminar de reintegração de posse das escolas ocupadas no município de São José dos Pinhais. Nesta data já eram 420 as escolas ocupadas em todo o estado e a derrota do governo funcionou como mais um estímulo para novas ocupações.

Em 17 de outubro já eram mais de 600 escolas ocupadas e o movimento falava em alcançar mil. A Associação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná, ACTEP, publicou uma nota com recomendações frente ao movimento na qual afirmava que, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares deveriam garantir que os “direitos de liberdade de manifestação e luta” fossem respeitados, e solicitava aos conselheiros tutelares que combatessem “as ações repressivas contra os manifestantes¹⁰”. As recomendações da ACTEP foram importantes para neutralizar as pressões que os Conselhos Tutelares estavam recebendo dos setores governamentais para tomar medidas repressivas contra os estudantes

⁸ <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-decidirao-em-assembleias-se-aceitam-dialogar-com-richa-1d3l7nlfhg095gjj4r2928it0>

⁹ <https://www.cbncascavel.com.br/nucleo-regional-de-educacao-rejeita-integralmente-a-medida-provisoria/>
<http://cgn.uol.com.br/noticia/196949/seminario-sobre-reforma-na-educ>

¹⁰ <https://www.facebook.com/ACTEP.PR/posts/1285655121468037>

mobilizados. O discurso conservador alegava que nas ocupações os jovens estavam expostos ao consumo de álcool e outras drogas.

No dia 17 de outubro teve início, de fato, a anunciada greve dos professores do ensino básico do estado. O movimento dos professores ofuscou um pouco a presença das ocupações na grande mídia. Nos dias seguintes a imprensa se encarregaria de fornecer balanços da adesão à greve e do andamento das negociações com o governo, embora o movimento continuasse em ascensão. No dia 20 de outubro o número de ocupações ultrapassava a marca das 700 escolas.

Em 19 de outubro o ministro da educação, Mendonça Filho, e a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Maria Inês Fini, anunciaram que o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, seria suspenso nas escolas ocupadas do Paraná caso elas não fossem desocupadas até o dia 31 de outubro. A fala, recebida como arrogante e autoritária, foi a única resposta dada ao movimento pelo Ministério da Educação. A intenção clara do governo era jogar parte da comunidade contra as ocupações, uma vez que o ENEM é aguardado ansiosamente por um grande número de famílias de estudantes que jogam seu futuro nestas provas¹¹. Novamente a grande imprensa escolhe como interlocutor o presidente da UPES, e este, por sua vez, anunciou que "só quem sabe da possibilidade das escolas serem desocupadas ou não são a maioria dos alunos" e que seria "realizada uma assembleia estadual para definir isso¹²". No mesmo dia 19 de outubro, a página #OcupaParaná divulgou uma "Nota de esclarecimento sobre o Enem 2016", cujo teor reproduz a ambiguidade da declaração anterior e oscila entre falar em nome do movimento e reconhecer que as ocupações são autônomas:

Nós do movimento Ocupa Paraná deixamos claro que já nos aproximamos de 800 escolas ocupadas e que não temos intenção alguma de prejudicar ninguém no ENEM, sabemos que os estudantes das 145 escolas não hesitariam em suspender temporariamente as ocupações para que a prova acontecesse (...). No entanto, não cabe a nós decidir o que fazer nesse caso, essa será mais uma pauta da ASSEMBLEIA

11 A nota do Enem é usada pela maioria das universidades públicas do país em seus processos seletivos, e também para o financiamento de universidades privadas pelos programas FIES e PROUNI.

12 <http://paranaportal.uol.com.br/cidades/com773escolasocupadasinepvaisuspenderenemoparana/>
<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/lideresdasoculasocupadaspedemquegovernoaguardedecisaodasassembleia7ikumc9i7yd30qrk...>

ESTADUAL que irá acontecer dia 26 (10 dias antes do prazo dado pelo MEC) e só essa assembleia decidirá quais rumos nossas ocupações tomarão¹³.

As declarações do presidente da UPES à imprensa, bem como a nota publicada na internet, explicita um grande problema. Até aquele momento cada ocupação era absolutamente autônoma e simplesmente não havia nenhuma instância deliberativa além das assembleias e reuniões nas escolas ocupadas. Mas a assembleia proposta pelos dirigentes da UPES era apresentada como uma instância superior, com poder normativo sobre a totalidade das ocupações. O movimento que em suas origens era autônomo, desburocratizado e estruturado com base na participação direta dos estudantes mobilizados em cada local, se via assim, colocado diante de uma estrutura de poder centralizada.

O caráter burocrático e representativo da nova instância proposta se tornou evidente no processo de organização da assembleia. As páginas do #OcupaParaná no *facebook* e no *site* divulgaram uma série de orientações na forma de perguntas e respostas expondo o sentido da assembleia:

A assembleia construirá a ponte entre todas as ocupações que hoje passam das 800, para definir os próximos passos da educação e também se os estudantes das ocupações tem interesse em dialogar sobre as demandas especificamente do Paraná com o governo do estado. A defensoria Pública do estado hoje se coloca a disposição e convoca os estudantes e o governo para mediar uma negociação quanto às pautas do estado¹⁴.

Em seguida, como resposta à pergunta “O que podemos exigir do governo do estado?” o documento afirma:

Temos centenas de pautas para melhorar a educação do Paraná e entendemos que mesmo com tanta ocupação ainda tem muito estudante que precisa ser ouvido (sic), para propor qualquer mudança na educação é preciso que todos esses estudantes sejam ouvidos, então buscaremos coletivamente decidir qual a melhor forma de fazer isso e reunir essas pautas¹⁵.

Ora, o governo do estado já havia tentado estabelecer um "diálogo" com as ocupações por meio dos seminários organizados pelos Núcleos Regionais de Educação e naquele momento os estudantes já haviam manifestado que o objetivo das ocupações era revogar a MP-746 e a PEC 241 e que nenhum diálogo era possível enquanto

13 <http://www.ocupaparana.com.br/search?updatedmax=20161026T17:03:0007:00&maxresults=1&start=2&bydate=false>

14 <http://www.ocupaparana.com.br/p/comunicacao.html>.

15 <http://www.ocupaparana.com.br/p/comunicacao.html>.

aqueles instrumentos não fossem revogados, de modo que não havia da parte do movimento nenhum interesse em “dialogar sobre as demandas especificamente do Paraná”, ou em estabelecer alguma “negociação quanto às pautas do estado”, como sugeria a orientação dos dirigentes da UPES.

Na sequência, reforçando o traço burocrático, a página orienta os estudantes para realizar "uma assembleia em cada escola ocupada" e debater a pauta de cinco pontos ali indicada (entre eles “eleger quem será o representante da ocupação que virá participar da Assembleia Estadual dos Estudantes”), após o que, cada ocupação deveria cadastrar “o estudante representante daquela ocupação” em um formulário eletrônico que somente poderia ser preenchido *logado* em conta *google (gmail)*¹⁶. Esses elementos levam a crer que a UPES, estrutura política estudantil tradicional, por um lado, procurava se legitimar como interlocutora junto aos governos estadual e federal criando uma instância que a autorizaria a falar em nome do movimento em futuras negociações e, por outro, buscava obter algum controle sobre o movimento criando uma instância representativa superior, burocratizada e com poder normativo vinculante sobre as ocupações que ficavam na base. Restava saber se o movimento se submeteria a tal instituição.

Como reconhecimento da legitimidade do movimento, e com postura diferente daquela mostrada pelo Ministério da Educação com relação ao ENEM, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) comunicou no dia 21 de outubro que estava transferindo para locais alternativos a votação que deveria ocorrer em escolas ocupadas nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Maringá, os três municípios do estado que deveriam realizar segundo turno nas eleições de 2016¹⁷.

Poucos dias depois, o movimento sentiria o primeiro grande abalo. Toda a imprensa noticiava com grande destaque a morte de um estudante no interior de uma escola ocupada. No dia 24 de outubro o estudante Lucas Mota, de 16 anos, foi morto dentro do Colégio Estadual Santa Felicidade. A escola começou a ser desocupada horas depois do corpo ter sido encontrado. Em entrevista coletiva na qual anunciou que

16 <http://www.ocupaparana.com.br/p/comunicacao.html>.

17 <http://www.jb.com.br/eleicoes-2016/noticias/2016/10/25/tre-do-parana-altera-locais-de-votacao-devido-a-ocupacoes-de-escolas/>

a Polícia Militar havia apreendido um adolescente que confessou ter assassinado o colega no interior da escola, o secretário estadual de segurança pública, Wagner Mesquita, reconheceu que o incidente foi um fato isolado e que não tinha qualquer relação com algum conflito no interior da ocupação, ou com pessoas contra o movimento. Apesar disso, entretanto, o secretário afirmou se tratar de uma "tragédia presumida", por conta do grande número de denúncias de tráfico e consumo de drogas no interior das instituições ocupadas¹⁸.

O incidente deu novo fôlego para o discurso conservador e animou a ação de reacionários de toda espécie. Para o governador do estado, "A ocupação de escolas no Paraná ultrapassou os limites do bom senso e não encontra amparo na razão, pois o diálogo sobre a reforma do ensino médio está aberto, como bem sabem todos os envolvidos nessa questão¹⁹". A senha estava dada; grupos organizados de extrema direita passaram a ameaçar e atacar as ocupações. Já existiam relatos anteriores de ações desse tipo empreendidas, notadamente, por pessoas identificadas como membros do Movimento Brasil Livre (MBL). Em 19 de outubro secundaristas que ocupavam o Colégio Estadual do Paraná, a maior escola pública do estado, denunciaram que viveram momentos de assédio e terror quando cinco homens, apresentando-se como integrantes do MBL, liderados por um candidato a vereador derrotado nas últimas eleições tentaram adentrar o Colégio. Vídeo divulgado dia 24 de outubro pelo movimento Advogados Pela Democracia mostrava a ação de um grupo de pessoas arrombando os portões e invadindo as dependências do Colégio Estadual Guido Arzo em Curitiba²⁰. Ações desse tipo proliferam por todo o estado e a cena se repetiria em muitas escolas gerando um clima de terror.

No dia 26 de outubro aconteceu em Curitiba a anunciada assembleia com representantes de escolas ocupadas de todo o estado. O evento contou com a presença de delegados de cerca de 600 escolas e foi acompanhado por membros da

18 <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/24/amigo-matou-colega-a-facadas-em-escola-diz-secretario-de-seguranca-do-pr.htm>

19 <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-colegio-estadual-ocupado.html>

20 <http://www.esmaelmorais.com.br/2016/10/richa-organiza-milicias-fascistas-para-desocupar-900-escolas-no-parana/>

Defensoria Pública e do Ministério Público do Paraná, mas a imprensa ficou do lado de fora²¹ e os participantes firmaram um acordo para que ninguém concedesse entrevista. Ao final, foi divulgada na página #OcupaParaná uma lista, um tanto confusa, com as “principais pautas levantadas (sic)”:

- 1- Criação de um decreto que garanta a promessa do governo do estado que disse que irá vetar a aplicação da MP 746/2016 no Estado do Paraná.
- 2- Garantia de anistia para que não existam perseguições, demissões, ameaças aos estudantes, professores, pais e simpatizantes que ocupam e apoiam as escolas ocupadas.
- 3- Garantia da realização de uma Conferência Estadual Livre e Aberta pela Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná, para debatermos com toda a sociedade sobre a precarização do ensino e as condições das escolas públicas no Paraná, visto que, se não aceitamos a proposta de Temer, também não queremos que o governador decida sozinho sobre a reforma que queremos aqui no estado.
- 4- Exigir que o governo federal, na instância do MEC e com a ajuda do governo estadual e municipal de cada cidade, realoque os locais de prova do ENEM, assim como a UFPR fez com o vestibular e o TRE fez com as eleições.
- 5- Prazo de sete dias para o Governo do estado atender todas as nossas exigências a partir da data da divulgação do documento completo²²

Após listar os cinco itens, o documento era finalizado com uma informação de extrema importância:

Para finalizar informamos também que NÃO HÁ nenhuma orientação para desocupação de escolas, entendemos em assembleia que esta decisão cabe APENAS ao conjunto dos estudantes de cada escola e não é uma decisão coletiva. Sendo assim, os estudantes em cada escola podem decidir se vão ou não desocupar suas escolas. Na assembleia, no entanto ficou claro que não haverá desocupação sem a garantia do atendimento de nossas pautas²³.

Apesar da estranha "pauta levantada", que aparentemente fornecia alguma legitimidade para os dirigentes da UPES negociarem com o governo do estado, o movimento reafirmava a autonomia das ocupações, negando a transferência do poder local para outra instância.

O "porta-voz" do movimento é um tema constantemente recolocado. O governo e a grande imprensa têm dificuldades em se relacionar com um movimento descentralizado e não hierárquico e em diversos momentos indicam o presidente da

21 <http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/estudantes-do-parana-discutem-em-assembleia-rumos-das-ocupacoes.html>; <https://cbncuritiba.com/2016/10/26/estudantes-realizam-assembleia-sobre-ocupacao-das-escolas-no-parana/>

22 <http://www.ocupaparana.com.br/search?updatedmax=20161103T14:57:0007:00&maxresults=1&reversepaginate=true>

23 <http://www.ocupaparana.com.br/search?updatedmax=20161103T14:57:0007:00&maxresults=1&reversepaginate=true>

UPES como "líder", como quem procura um novo Lindberg entre os "caras pintadas"²⁴. No dia 26 de outubro parte da imprensa encontraria outro "porta-voz" dos secundaristas. A estudante Ana Júlia Ribeiro, aluna do Colégio Estadual Senador Alencar Manuel Guimarães de apenas 16 anos, falou sobre as ocupações por dez minutos na tribuna da Assembleia Legislativa. Em seu discurso a secundarista defendeu a legitimidade das ocupações, criticou a MP-746, a PEC 241 e o projeto "Escola Sem Partido", e convidou os deputados para conhecerem as ocupações e verem como o movimento "acontece de fato". O vídeo com o discurso emocionado da estudante viralizou na internet. Em pouco tempo a militante até então desconhecida estava na pauta dos principais jornais do país e de alguns veículos internacionais. A prestigiada revista Forbes publicou que "Nas últimas 24 horas, o Brasil foi apresentado ao que muitos brasileiros acreditam que é a mais promissora voz ouvida em muitos anos"²⁵. O blog do jornalista Esmael de Moraes, ativista de oposição aos governos estadual e federal, anunciava em manchete no dia 28 de outubro que a "Estudante Ana Júlia, *porta-voz das escolas ocupadas*, denunciara à ONU milícias fascistas de Beto Richa no Paraná"²⁶, dando conta de que a rede política de oposição ao governo levaria a jovem ao Senado Federal e, depois, à Organização das Nações Unidas, fazendo um uso particular do movimento dos estudantes.

A reação governista não tardou, e veio na forma de forte intensificação da repressão jurídico-policia e do uso da força física por tropas auxiliares mobilizadas pela rede governista. No dia 27 de outubro o *site* Paraná Portal noticiava a reintegração de posse de 25 escolas ocupadas da região de Curitiba: "A liminar foi concedida a pedido da Procuradoria Geral do Estado. Na decisão, a juíza Patrícia de Almeida Gomes, da 5ª Vara de Fazenda Pública, estabelece ainda uma multa no valor de R\$ 10 mil por dia em caso de descumprimento". No despacho a magistrada determinava ainda à Polícia

24 Lindberg Farias, hoje senador da república, era presidente da UNE, União Nacional dos Estudantes durante o movimento pelo impeachment do presidente Collor em 1992 e foi apresentado nacionalmente pela imprensa como o "líder dos caras pintadas".

25 <http://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2016/10/27/forbes-discurso-da-estudante-ana-julia-e-o-futuro-da-juventude-do-brasil/>

26 <http://www.esmaelmorais.com.br/2016/10/estudante-ana-julia-porta-voz-das-escolas-ocupadas-denunciara-a-onu-milicias-fascistas-de-beto-richa-no-parana/>. Destaque dos autores.

Militar que tomasse “as providências necessárias para assegurar o cumprimento da decisão²⁷”. No dia 28 de outubro membros da comunidade fizeram um cordão de isolamento em torno do Colégio Estadual Pedro de Macedo, em Curitiba, para conter a ação de agentes do MBL que tentavam forçar a desocupação daquela escola²⁸.

Em 31 de outubro, após a justiça autorizar o governo a cortar os salários dos professores em greve, uma assembleia da APP delibera pelo fim da greve dos professores do ensino básico. O movimento sofria assim mais um revés, desta vez, partindo do interior da sua rede de apoio. Na assembleia dos professores uma estudante de uma das escolas ocupadas chorou enquanto criticava “a traição” dos que votaram pela suspensão da greve²⁹.

Em 03 de novembro, sintomaticamente no dia em que o movimento de ocupações no Paraná completava um mês, a polícia fazia cumprir a determinação judicial de reintegração de posse de 23 escolas³⁰. Nesse mesmo dia os jornais noticiavam que a Procuradoria Geral do Estado havia requerido a extensão dos efeitos daquela liminar para todas as demais escolas no estado³¹. Na tarde da sexta-feira 04 de novembro a Polícia Militar entrava no Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen e retirava os estudantes que saíram pacificamente, após terem permanecido no local por 32 dias³². Poucas escolas ainda permaneceriam ocupadas por mais alguns dias.

27 <http://paranaportal.uol.com.br/cidades/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-25-escolas-ocupadas-em-curitiba/>; <http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-dezenas-de-escolas-do-pr.html>

28 <https://www.youtube.com/watch?v=wc2eMsPHu7c>

29 <http://www.esmaelmorais.com.br/2016/10/estudante-vai-as-lagrimas-pela-traicao-de-professores-que-suspenderam-greve-no-parana-assista/>

30 <http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/reintegracoes-de-1a-liminar-contras-escolas-ocupadas-em-curitiba-sao-cumpridas/>

31 <http://www.esmaelmorais.com.br/2016/11/beto-richa-quer-desocupar-a-forca-todas-as-escolas-do-parana/>; <http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/11/estado-pede-reintegracao-de-posse-de-44-escolas-ocupadas-em-curitiba.html>

32 <http://pr.ricmais.com.br/educacao/noticias/pm-cumpre-reintegracao-de-posse-em-primeira-escola-ocupada-no-parana/>

O movimento no interior das escolas: a organização das ocupações

O roteiro das ocupações no Paraná estava dado desde a primeira, ocorrida no Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen: debate sobre a MP-746 que institui a reforma do Ensino Médio e a PEC 241 que limita os gastos com políticas sociais; assembleia, ocupação, organização e resistência. Por vezes esse roteiro não foi rigorosamente seguido, tendo alguma parte suprimida ou alterada, porém, em seus traços centrais, descreve com bastante propriedade as ocupações.

No capítulo inicial já se configurava um primeiro, e decisivo, embate. As escolas tradicionais normalmente oferecem inúmeras razões para a indignação dos estudantes³³ e no sistema de ensino público do estado do Paraná a coisa não é diferente. As escolas públicas paranaenses, em sua maioria, são instalações insuficientes e deterioradas, com um corpo de técnicos e docentes sobrecarregados, mal remunerados e desmotivados, e que fazem da imposição de uma disciplina rigorosa e constante o único recurso para obter dos alunos o comportamento por eles esperado. Por isso, a manutenção da disciplina é a função mais importante dos dirigentes escolares. Nessa escola rigorosamente disciplinada, não existe espaço para a manifestação de saberes e valores diferentes, e até mesmo os elementos da vida sentimental, afetiva e sexual dos sujeitos são negados e reprimidos. Um debate em uma escola assim não é algo que se realize tranquilamente, pelo contrário, ele tende a aparecer como uma ameaça à ordem estabelecida.

Os secundaristas em processo de mobilização, de um modo geral, contam com a insatisfação generalizada que eles sabem existir entre seus colegas para angariar apoio. Ocorre que no cotidiano os estudantes não se submetem passivamente à rigidez disciplinar das escolas; eles resistem, desenvolvem táticas e estratégias, mobilizam recursos e criam alternativas³⁴ que não apenas violam normas estabelecidas, como acabam instituindo outros padrões de conduta, os quais, apesar de serem expressões de resistência, também devem ser rigorosamente observados, sob pena de punições,

33 A este respeito veja, por exemplo, LIBANEO (1992) e SAVIANI (1991).

34 Sobre a resistência no cotidiano ver Michel de Certeau (1998), e sobre o cotidiano escolar Peter McLaren (1992).

por vezes severas, aos infratores. Assim, ainda que as escolas ofereçam muitas razões para o protesto dos estudantes, a passagem daquelas formas de resistência encontradas no cotidiano da instituição para uma ação coletiva de tipo diferente representa uma grande transformação que, como toda ruptura no cotidiano, é cercada de incertezas e insegurança.

O peso de elementos prévios de organização ou experiência política nas ocupações foi incerto e irregular. Em algumas escolas observadas, grêmios estudantis e representantes de sala foram importantes agentes de mobilização e em torno deles se formou o grupo incipiente que deu origem ao processo de ocupação. Em outras, a mobilização se deu à revelia daquelas instituições. De resto, a maioria absoluta dos estudantes que protagonizaram as ocupações não tinha qualquer experiência política anterior; jamais haviam participado de qualquer movimento ou manifestações políticas e sequer haviam votado em alguma eleição.

Ocupada uma escola, todos os poderes instituídos eram suspensos e novas relações eram estabelecidas. A primeira medida adotada pelos ocupantes era constituir “comissões” autogeridas, responsáveis pela realização de atividades essenciais como segurança, atividades pedagógicas e culturais, cozinha, limpeza, comunicação, mobilização etc. As tarefas práticas eram divididas, mas a unidade política sempre foi preservada: todos os dias os estudantes se reuniam para analisar o desenrolar da conjuntura e deliberar coletivamente sobre os rumos e ações do movimento.

Quem visitou uma ocupação qualquer, ao chegar encontrou um grupo de alunos controlando o acesso, cuidando para que apenas membros da comunidade escolar entrassem e, quando autorizado, registrando nome, data, hora e motivo da entrada do visitante. No interior, ao lado de faixas e cartazes com palavras de ordem contra a reforma do Ensino Médio e em defesa da educação, o visitante podia ver cartazes com regras e normas de conduta, sempre alertando para a necessidade de manter a limpeza do local, proteger equipamentos e instalações da escola, e proibindo taxativamente o consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas no interior da escola.

Durante os dias as escolas eram frequentadas por um grande número de estudantes que participavam das mais diversas atividades. As aulas de preparação para o ENEM, normalmente, eram bastante concorridas, assim como oficinas sobre

temas curriculares e extracurriculares. A prática de atividades lúdicas e esportivas também foi constante durante o período das ocupações e atraíram muitos praticantes. Mas não eram todos que pernoitavam nas escolas. Na maior parte dos casos, apenas um pequeno grupo com cerca de 20 a 40 estudantes dormia no local, em colchonetes e colchões de ar, espalhados por salas transformadas em alojamentos feminino e masculino separados. Para a alimentação, também, muitos acorriam às suas casas. Mas as refeições coletivas eram constantes. Para isso eram utilizados alimentos doados e alguns pais, mães, professores e servidores colaboravam no preparo dos mesmos.

Todas as atividades nas escolas ocupadas eram desenvolvidas por comissões, coletivos sem líderes, chefes ou coordenadores instituídos. No decorrer do processo, entretanto, aqui e ali alguém se destacava entre seus colegas, quase sempre pela disposição e entrega ao movimento, e se tornava referência. Nesse ponto chamou a atenção nas escolas acompanhadas o grande número de meninas e de gays que assumiram a frente dos trabalhos, atribuindo à escola um perfil diferente. A organização horizontal do movimento, ao abolir as hierarquias anteriormente instituídas, permitiu a expressão de pessoas e segmentos, normalmente, subordinados e/ou excluídos e determinou uma ressignificação do espaço público ocupado (GOHN, 2014): a escola, palco das ocupações, foi transformada de um instrumento de repressão e reprodução das desigualdades em um espaço de exercício da liberdade e da autonomia onde todas as individualidades são respeitadas.

O padrão observado nas características das ocupações evidencia, sobretudo, a importância da internet, com suas múltiplas plataformas de comunicação em rede, para a eclosão e a organização de movimentos desse tipo. Alguns dias após o início das ocupações o site #OcupaParaná já ostentava a página #Como Ocupar, contendo “10 Passos para Ocupar uma Escola”³⁵ a qual, inegavelmente, contribuiu bastante para a organização de muitas das ocupações. O *WhatsApp* e o *Facebook* também

35 <http://www.ocupaparana.com.br/p/como-ocupar.html>. As orientações que constavam na página eram uma versão resumida da cartilha “Como ocupar um colégio?” que circulou entre os secundaristas de São Paulo durante as ocupações de 2015 naquele estado, a qual por sua vez, era a transcrição de uma publicação de estudantes da Argentina e do Chile. Sobre isso veja Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016; pp 338-345.

desempenharam papel de relevo, o primeiro sempre foi o principal meio de comunicação entre os estudantes de uma mesma escola e o segundo, importante na comunicação entre as diversas ocupações. O papel da internet, entretanto, não pode ser mensurado apenas em função da sua capacidade de reprodução e disseminação de informações. Hardt e Negri (2014) sugerem que os movimentos sociais não apenas adotam “utilizam tecnologias como a internet como ferramentas de organização, como também começam a adotar tais tecnologias como modelos para suas próprias estruturas organizacionais” (p. 120). A ideia central aqui, compartilhada também por Castells (2013), é que a estrutura policêntrica da *web* imprime nos movimentos que se organizam a partir do ciberespaço características, tais como a horizontalidade da rede e a irredutibilidade de seus nodos a um comando central unificado, que são definidoras dos movimentos sociais do século XXI.

A natureza e o caráter do movimento: primeiras reflexões

A participação do movimento estudantil tradicional nas ocupações paranaenses fornece uma boa chave para compreender a transformação pela qual passam os movimentos do antigo para o novo tipo. A UPES é uma instituição velha, típica do século XX, centralizada, hierárquica e burocratizada, que, não obstante, permaneceu o tempo todo ao lado do movimento e desempenhou um papel significativo na divulgação e na mobilização dos estudantes e de outros setores em defesa das ocupações. As páginas #OcupaParaná no site e no *facebook* se consolidaram como importantes referências, principalmente, para quem buscava informações. No entanto, as relações que se estabeleceram entre aquela entidade e o conjunto do movimento foram ambíguas e eivadas de contradições. Isso fica bastante evidente quando, como relatado acima, o presidente da UPES, embora reconheça a autonomia das ocupações que escapam ao controle da sua entidade, propõe a realização de uma assembleia estadual para decidir sobre os rumos do movimento, incluindo possíveis desocupações para a realização do ENEM. O dirigente secundarista parece não perceber que estava propondo a criação de uma instância superior com poderes normativos sobre um movimento, que até aquele momento era constituído por ocupações autônomas e independentes, deliberadas e geridas exclusivamente em nível local. Na prática, ele

estava opondo duas concepções distintas de democracia. De um lado, o caráter democrático da assembleia proposta é essencialmente representativo, e pela lógica da representação, se as ocupações (ou a maioria delas) enviam representantes, todas as decisões tomadas são consideradas legítimas e podem ser impostas ao conjunto do movimento. De outro, permanecia a experiência vivida no cotidiano das ocupações do exercício permanente de uma democracia direta. Ao fim, como se viu, os estudantes não estavam dispostos a abrir mão de sua autonomia em benefício de qualquer instância superior de poder.

A juventude unida em torno da ideia da ocupação, mesmo onde ela não teve êxito, demonstrava um sentimento de indignação forte o suficiente para vencer o medo e a incerteza que a ideia trazia com ela. Esse sentimento não pode ser tomado como resultado de apenas um ou outro fato isolado; ele é produto de toda a opressão suportada pela juventude ao longo da sua vida escolar e extraescolar. E, nesse sentido, a reforma do ensino médio, do modo como foi imposta, por medida provisória e sem consulta aos mais interessados, funcionou como a gota d'água que fez transbordar a indignação estancada. A periodista do jornal *El País*, Marina Rossi (2016), não hesita em classificar as ocupações paranaenses como “filhotes de pinguins”. Segundo ela a mobilização dos estudantes chilenos conhecida como Revolução dos Pinguins “serviu de inspiração” para as mobilizações que ocorreram recentemente em São Paulo, no Paraná e também na Argentina e Paraguai. Existe sim uma relação entre todas estas mobilizações, entretanto, ela não pode ser confundida com algum suposto mimetismo. É consenso entre analistas (ZIBAS, 2008; AITKEN, 2014) que os secundaristas chilenos se revoltaram contra os resultados do programa neoliberal para educação implantado ainda na era Pinochet – o qual foi amplamente difundido como modelo a ser seguido por outros países. E as ocupações de estudantes argentinos, brasileiros e paraguaios, independente das razões imediatas e reivindicações específicas que apresentam, no fundo são expressões da resistência ao mesmo programa neoliberal.

Diferente da Primavera Árabe, as ocupações de outubro das escolas paranaenses não derrubaram ditaduras ou desestabilizaram governos. Os jovens que ocupavam escolas no Paraná não queriam conquistar o Estado. Não é por isso, entretanto, que aquelas ocupações devam ser classificadas como movimento menor ou

menos importante. O caráter político de um movimento desse tipo não pode ser deduzido apenas de suas pautas ou reivindicações. Eles são partes de um movimento global que, ao lado de outros tantos nesse início de milênio, apontam para uma profunda transformação cultural, que como observa Castells (2013), “está na base de qualquer transformação de poder”.

REFERÊNCIAS

- AITKEN, S. Do apagamento à revolução: o direito da criança à cidadania/direito à cidade. *Educação e Sociedade*, v. 35, n128. Campinas, 2014.
- CAMPOS, A. J. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M.. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro; Zahar, 2013.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- GOHN, M. da G. *Manifestações de junho de 2013 e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão – Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- LIBANEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MCLAREN, P. *Rituais na escola*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- ROSSI, M. “Ocupações diminuem no Paraná, mas aumentam em escolas de outros Estados”. *Jornal El País* 02/11/2016. <http://brasil.elpais.com/brasil>
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1991.
- ZIBAS, D. M. L. “A Revolta dos Pingüins” e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38, maio/ago. 2008.